

TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SEUS CONTRIBUTOS PARA A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DIGITAL INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES AND THEIR CONTRIBUTIONS TO THE
MANAGEMENT OF PUBLIC DISTANCE EDUCATION POLICIES

- **Neilane de Souza Viana** (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
- neilane.viana@ufvjm.edu.br)

Resumo:

Este artigo discute o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação e seus contributos na gestão de políticas públicas de educação a distância, tendo como base uma pesquisa realizada durante o Mestrado em Ciências Humanas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha Mucuri. Para tal, apresenta-se uma abordagem acerca do cenário social, gestão de políticas públicas de educação a distância, sendo realizada uma breve apresentação da Universidade Aberta do Brasil – UAB e suas diretrizes, pois a política pública educacional tem viabilizado acesso interiorizado ao ensino superior. A metodologia utilizada constitui-se de modalidade exploratória, de natureza bibliográfica; abordagem qualitativa com vistas ao objetivo proposto. Com base nos estudos realizados nessa pesquisa, concluiu-se que a partir de mudanças nos paradigmas da gestão pública, houve incorporação das tecnologias digitais de informação e comunicação – TDICs nas políticas públicas educacionais contribuindo para viabilizar a democratização do acesso à educação.

Palavras-chave: Tecnologias. Políticas Públicas. Educação a Distância.

Abstract:

This article discusses the use of digital information and communication technologies and their contributions in the management of public policies of distance education, based on a research carried out during the Masters in Human Sciences at the Federal University of the Jequitinhonha Mucuri Valley. For this, an approach is presented on the social scene, management of public policies of distance education, and a brief presentation of the Open University of Brazil – UAB and its guidelines, since the public educational policy has made possible internalized access to higher education. The methodology used is an exploratory modality, of a bibliographic nature; qualitative approach towards the proposed objective. Based on the studies carried out in this research, it was concluded that, thanks to changes in the paradigms of public management, digital information and communication technologies (TDICs) have been incorporated into educational public policies, contributing to the democratization of access to education.

Keywords: Technologies. Public policy. Distance Education.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação – TDICs e seus contributos na gestão de políticas públicas de educação a distância, tendo como base uma pesquisa realizada durante o Mestrado em Ciências Humanas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha Mucuri.

Para atingir tal objetivo tem-se a seguinte indagação: Quais contributos existentes das tecnologias para as políticas públicas de educação a distância? Na tentativa de responder a essa questão, requer fazer um perpasso pelo cenário social, pois historicamente diversas transformações ocorrem no contexto social. Trata-se de transformações no aspecto social, econômico e cultural que podem influenciar de forma significativa os modos de viver de uma sociedade. Em razão disso, entende-se que toda transformação na esfera educacional não pode ser desvinculada das mudanças ocorridas no contexto histórico-social.

Toda essa conjuntura tem refletido na gestão de políticas públicas, pois as demandas sociais implicam mudanças de paradigmas na gestão pública. Nessa sentido, é importante considerar os aspectos do ciberespaço e da cibercultura, processos que se baseiam nas novas formas de pensar e de viver em sociedade. Evidencia-se ainda, a importância da implantação de diversos programas de inclusão digital que viabilizam a democratização da educação por meio do uso de TIDCs. Para além desses tipos de programas aqui destacamos o programa Universidade Aberta do Brasil – UAB que vem possibilitando formação nos níveis técnico, superior e de formação continuada de forma interiorizada na modalidade a distância.

Assim, a metodologia utilizada para esta pesquisa constitui-se de modalidade exploratória, de natureza bibliográfica; abordagem qualitativa com vistas ao objetivo proposto.

1.1 Cenário Social e as Tecnologias

Antes de discutir as tecnologias e seus contributos para as políticas públicas é necessário abordar o cenário social, buscando identificar a direção da dimensão tecnológica no campo social. Nesse contexto, a sociedade tem recebido algumas denominações que caracterizam esse cenário, como por exemplo, sociedade em rede.

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (CASTELLS, 2005 p.20)

As terminologias “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento” também são associadas a essa nova forma de organização social. Em concordância com Castells (2005, p.17), embora informação e conhecimento, historicamente, sejam elementos centrais no meio social, “o que é novo é o facto de serem de base microelectrónica, por meio de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes”.

Nesse sentido, a sociedade em rede coloca em evidência as características do *ciberespaço*. Os indivíduos que compõem essa sociedade em rede passam a transformar suas práticas de comportamento, atitudes e valores, os quais Levy (1999) chama de “*cibercultura*”.

Segundo esse autor, compreende o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais) de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do *ciberespaço*” (LEVY, 1999, p.17).

A partir dessas mudanças comportamentais dos indivíduos da referida sociedade, Castells (2005) nos convida a questionar se as tecnologias é que determinam a sociedade. No entanto, entende-se que a sociedade também direciona a forma de uso das tecnologias conforme seus interesses, necessidades e valores atribuídos. O que pode ser considerado nesse aspecto é que a sociedade demanda de novos meios que possibilitem a dinâmica que a constitui e a criação destes meios transforma a sociedade, constituindo um ciclo histórico e social. Pode-se afirmar que a influência exercida pela rede relaciona-se às facilidades de descentralização de atividades e flexibilidades informacionais proporcionadas pelo uso das tecnologias digitais.

A “rede” identificada na sociedade por Castells (2005) é definida por Levy (1999, p.17) como sendo o “*ciberespaço*”, o qual se constitui como um “novo meio de comunicação que surge da interconexão de computadores”. Assim, essa rede é que estrutura as transformações nas formas de interação, encurtando as distâncias entre as pessoas. Nesse sentido, a “interconexão de computadores” potencializa a interação virtualizada, tornando-se um ambiente de trocas de conhecimento e gerando o que Levy (2012) define como “*inteligência coletiva*”. Na visão desse autor, as inteligências individuais se somam e são compartilhadas pelas pessoas por meio de tecnologias como a internet, em que há partilha da memória, percepção e imaginação, o que resulta em aprendizagem coletiva a partir da inteligência coletiva.

O uso de tecnologias, sobretudo da internet, na sociedade está além das funcionalidades adotadas pelas instituições formais tais como os bancos informatizados que possibilitam a seus clientes os serviços viabilizados por caixas eletrônicos e internet. Nessa mesma dimensão, encontra-se disponível um vasto “mundo” informatizado, dotado de possibilidades de ampla interação; acesso à informação, bem como a existência de um comércio eletrônico em que as pessoas podem fazer compras e realizar outros serviços por meio de um computador conectado à internet.

Nesse sentido, é válido ressaltar que essas possibilidades viabilizadas por meio do acesso à rede virtual não estão restritas ao uso do computador, pois diversos dispositivos eletrônicos dispõem das mesmas funcionalidades. Os aparelhos de telefones celulares, por exemplo, já estão dotados de funcionalidades cada vez mais avançadas, uma vez que por meio de *softwares* (programas) capazes de fazer conexões com a internet é possível gozar da rápida comunicação; entretenimento por meio de jogos digitais *online*, bem como realizar diversas outras atividades.

Por uma demanda de mercado, os aparelhos eletrônicos adquirem diferentes nomenclaturas como uma forma de classificá-los conforme as funcionalidades existentes em cada um deles. Denominam-se então, por exemplo, *smartphone*, *iphone*, *ipod*, que permitem novas formas de uso, apresentando avanços do teclado digital alfanumérico para teclados de comandos sensíveis ao toque (*touchscreen*), bem como possibilidades de acesso à internet sem fio (*wifi*, ou *wireless*).

Na sociedade organizada em rede em que a difusão da informação e do conhecimento acontece de forma imediata pelas possibilidades tecnológicas, não se pode deixar de verificar a contribuições das redes sociais para esse contexto. Marteleto (2001) realiza uma breve abordagem fazendo delineações numa perspectiva das Ciências Sociais. Na

visão da autora, rede social representa “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001, p.72). Essa representação pode ser considerada uma derivação das ideias de existência de “sistema de modos, elos”; “estruturas sem fronteiras” e “comunidades não geográficas”. Embora a rede social não seja algo recente a partir do campo das Ciências Sociais, o seu uso como forma de organização social por meio das relações estabelecidas na internet é algo que surge a partir do ano 2000.

Nesse sentido, as possibilidades de interação oferecidas pela rede virtual retratam os elos, as estruturas sem fronteiras e o aspecto não geográfico, pois a conectividade pode ser estabelecida de qualquer lugar onde o indivíduo estiver conectado à internet.

Embora o contexto social apresente uma sociedade em rede, dotado de amplo acesso massificado às TDICs, considera-se que esse “mundo” virtualizado não faz parte do cotidiano da totalidade da sociedade, que incluem comunidades indígenas, quilombolas e outros da zona rural. Assim, verifica-se se há caminhos para a inclusão digital conforme abordagem no tópico a seguir.

1.2. Contributos das Tecnologias para as Políticas Públicas

Em consulta a documentos do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)¹ disponíveis no *site*² do Ministério das Comunicações (MC), a partir do ano 2000 o poder público iniciou o desenvolvimento de algumas políticas públicas em que um dos principais objetivos é o estabelecimento de “um novo paradigma cultural de inclusão digital, focado no cidadão/cliente, com a redução de custos unitários, a melhoria na gestão e qualidade dos serviços públicos, a transparência e a simplificação de processos”. (MC, 2000, p. 05)

Com o estabelecimento desse novo paradigma, deu-se início ao “governo eletrônico”, que trata da adoção de uma governança que faz a incorporação das tecnologias na administração pública para a execução de serviços públicos.

Na concepção de Braga *et. al.* (2008) a partir de definições das Nações Unidas, governo eletrônico é denominado *e-gov* bem como *e-government*, que inclui virtualmente todas as aplicações e plataformas de TDICs no setor público. Nesse sentido, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE define o uso da internet como ferramenta para levar a um governo mais transparente, socialmente participativo e mais eficiente.

Dessa forma, as propostas do poder público brasileiro de governança eletrônica priorizam o uso das tecnologias com a finalidade de democratizar o acesso à informação, possibilitar a participação popular na construção de políticas públicas, bem como aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

1 ¹ Trata-se de um grupo composto por órgãos da Administração Pública Federal com a função de analisar e apresentar planos de ação com vistas à reestruturação, desenvolvimento e democratização das IFES. Disponível em <<http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>> Acesso em 23 de novembro de 2014.

2 ² <<http://www.governoeletronico.gov.br/search?SearchableText=governo+eletronico&Submit=lr>> Acesso em 15 de junho de 2014.

Com base nas informações elencadas pelo MC, as políticas desenvolvidas no segmento do governo eletrônico possuem as seguintes diretrizes: participação cidadã; melhoria do gerenciamento interno do Estado e integração com parceiros e fornecedores. A partir dessas diretrizes, as políticas públicas desenvolvidas são estruturadas com base em algumas linhas de ação iniciadas pelo Poder Executivo Federal:

As principais linhas de ação do Poder Executivo Federal em tecnologia da informação e comunicação estão estruturadas caminhando em direção a um governo eletrônico, promovendo a universalização do acesso aos serviços, a transparência das suas ações, a integração de redes e o alto desempenho dos seus sistemas.

A universalização dos serviços tem como diretriz estimular o acesso à Internet seja individual, público, ou ainda coletivo e comunitário. A meta é colocar o governo ao alcance de todos, ampliando a transparência das suas ações, e incrementando a participação cidadã.

A implantação de uma infraestrutura avançada, necessária como suporte a este processo, exigirá a integração de redes, o estabelecimento de normas de segurança e privacidade, e a garantia do alto desempenho do sistema como um todo. (MC, 2000 p. 03)

O desdobramento dessas linhas de ações se constitui na forma de programas que viabilizam a execução de políticas públicas nesse segmento que inclui acesso à informação, participação cidadã e inclusão digital. Diversos programas foram implantados no país para que o “mundo virtual tecnológico” não ficasse restrito apenas à esfera individual e privada, mas tomasse a dimensão pública, possibilitando democratização e inclusão.

Destacam-se os principais programas: **Computadores para Inclusão** – esse programa é gerenciado pelos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC), com oferecimento de oficinas e cursos de formação a jovens de baixa renda e vulnerabilidade social; **Inclusão Digital da Juventude Rural** – que promove a capacitação de jovens oriundos da zona rural de todo país por meio de cursos para o uso de TDICs; **Projeto Cidadão Conectado por meio do programa Computador para Todos** – instituído pelo Decreto nº 5.542 de 20 de setembro de 2005, o programa promove a inclusão digital mediante aquisição em condições facilitadas de computadores dotados de programas e assistência técnica necessária ao funcionamento. Além disso, inclui a disponibilização da política de linha de crédito facilitada para tais aquisições; **Governo Eletrônico-Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)** – esse programa oferece conexão à internet por meio de satélites a telecentros, unidades de saúde, aldeias indígenas, a quilombos e postos de fronteira.

Além dos programas, existem ações na forma de colaboração entre governos da esfera federal, estadual e municipal para implantação de telecentros, que são os espaços de acesso gratuito ao público, com computadores conectados à internet, disponíveis para uso.

No âmbito educacional, há o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), que promove a conexão das escolas públicas urbanas à internet. Esse programa foi criado a partir do Decreto Nº 6.424 de 04 de abril de 2008, que regulamenta e amplia metas para a universalização do serviço do telefone fixo comutado prestado no regime público.

Diante da governança eletrônica, verifica-se também o desenvolvimento de políticas que incluem as tecnologias em segmentos diferentes do contexto da EAD. Na sociedade em rede, o poder público inclui a dimensão tecnológica não somente no seu âmbito externo, mas também interno.

No relacionamento entre governo e sociedade, as redes sociais estão presentes na forma de *links* nos próprios *sites* da Administração Pública, seja da esfera federal, estadual ou municipal. Esses *links* dão acesso a páginas do poder público para interação com cidadão, divulgação de notícias, dentre outros. Da mesma maneira, sistemas de gestão de informações são criados para armazenamento de dados e acesso a informações por meio da internet.

Nesse contexto, é necessário voltar a Castells (2005), que aborda a transformação tecnológica proporcionada à sociedade, que na visão do autor, há uma expansão exponencial da capacidade de criação de interfaces entre os campos tecnológicos mediante a linguagem digital e que influencia na forma de pensar e agir. Isso se verifica também na dimensão da gestão pública.

Representantes dos governos, por meio de processos de tomada de decisão, produzem decisões e ações que resultam na construção do Estado Virtual. Funcionários públicos de carreira redesenham estruturas, processos, práticas, normas, padrões de comunicação e outros elementos do conhecimento, na gestão dos governos. (FOUNTAIN, *apud* CASTELLS, 2005 p. 151)

Dentro dessa conjuntura de governança eletrônica, verifica-se que a dimensão tecnológica não é direcionada apenas para as políticas públicas educacionais, mas configura um elemento utilizado pelos indivíduos em outros segmentos da sociedade em rede: no segmento social, ao possibilitar a ampla interação como forma de entretenimento, bem como ao utilizar serviços prestados pelo Estado pelo meio virtual; no segmento econômico, ao possibilitar comodidade de efetuar negócios e outros serviços de transações do campo financeiro e comercial.

Conforme foi considerado anteriormente, o acesso ao “mundo” informatizado não ocorre de forma igualitária pela totalidade da sociedade. No entanto, é possível verificar a existência de políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas por meio de alguns programas para viabilizar esse acesso.

Um aspecto importante que contribuiu para esse segmento de incorporação das tecnologias na gestão pública é a reforma administrativa do Estado no Brasil iniciada em 1995, que trouxe importantes mudanças na dimensão pública a partir da década de 90, sobretudo, após a criação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDARE. Este plano elencou diretrizes para a mudança da administração burocrática³ para a administração gerencial.

A administração gerencial é norteadada pela lógica de mercado como reguladora de ações. A finalidade desse tipo de administração pauta-se na redução de custos e na busca de eficiência nas atividades do Estado. Segundo Pereira (1998, p.17), “A reforma é gerencial porque busca inspiração na administração das empresas privadas, e porque visa dar ao administrador público condições efetivas de gerenciar com eficiência as agências públicas”.

3 Segundo Pereira (1998), administração burocrática é o tipo de administração baseada nos princípios de um serviço público profissional, e de um sistema administrativo impessoal, formal, legal e racional, para combate ao nepotismo e à corrupção.

Além disso, Pereira (1998) elenca as principais características apresentadas a partir da reforma da administração gerencial, quais sejam: descentralização, delegação de responsabilidade da esfera federal para as esferas estaduais e municipais; busca pela eficiência; bem como o foco para obtenção de resultados.

Verifica-se, então, um reflexo nas políticas educacionais já decorrente da administração pública gerencial em que o papel de “cidadão” passa a ter configuração de “usuário de serviços” e a descentralização passa a ser elemento-chave para as atividades que incorporam as tecnologias na execução de políticas públicas.

1.3. Políticas Públicas para a EAD

A partir da Administração Gerencial, segundo Andrioli (2002, p.57), é possível identificar alguns princípios norteadores para o segmento da gestão educacional:

- Formação mais profissionalizante;
- Privatização do ensino;
- Aumento de matrículas, mais alunos atendidos pelo mesmo professor;
- Produtividade e eficiência, típicas de instituições privadas;
- Modismo da qualidade total;
- Parcerias com a sociedade civil;
- Expansão da modalidade a distância

Considera-se que predominam-se características da lógica gerencial, por meio de um modelo educacional com vistas ao atendimento massificado quanto ao acesso ao ensino superior. Considera-se importante aspecto a ser evidenciado o aumento do acesso ao ensino superior viabilizado a partir de estratégias de incorporação de tecnologias nas políticas públicas para EAD, sobretudo na formação de docentes da educação básica.

Com isso, diversos cursos são realizados por meio da utilização de plataformas ou ambientes virtuais de aprendizagem (AVA's). No campo educacional, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) viabilizou diversos cursos de aperfeiçoamento e de especialização a professores da educação básica. O principal objetivo do referido programa é promover o uso da informática na rede pública da educação básica. Além desse, os programas Mídias na Educação, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, também realizam cursos por meio de plataformas virtuais para capacitação de professores da rede pública de ensino. Esses programas são executados por meio de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal.

Em se tratando dos Pactos pela alfabetização e pelo fortalecimento do ensino médio, compromissos são assumidos pelos governos com o objetivo de garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental e que haja elevação do padrão de qualidade do ensino médio.

Esses cursos de capacitação oferecidos aos professores da rede pública de ensino são realizados nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) conveniadas para execução dos programas em articulação com os estados e municípios. A partir do ano 2000, essas estratégias começaram a ser planejadas a fim de estabelecer interligações entre as políticas públicas educacionais do ensino superior com as da educação básica.

[...] buscando conferir maior organicidade às políticas de ES, bem como entre estas e a educação básica, foi elaborado o PNE 2001-2010, que apresentava como principais objetivos: i) a elevação global do nível de escolaridade da população; ii) a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; iii) a redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e iv) a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos Oficiais [...] (MEC, 2012, p.16)

Para atingir os objetivos elencados no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), o funcionamento dos programas é realizado de forma descentralizada. As IPES realizam adesão ao programa e gerenciam sua execução disponibilizando estrutura, selecionando profissionais (docentes e tutores) para desempenhar as atividades inerentes à capacitação. Os municípios realizam o cadastro dos professores da rede pública de ensino para capacitação, a qual acontece de forma semipresencial; ou seja, com momentos presenciais e a distância por meio de AVA's.

Dentre esses programas, o Mídias na Educação apresenta um diferencial, que é a possibilidade de o professor realizar especialização, pois as etapas do curso se divide em nível básico, intermediário e avançado. Os níveis básico e intermediário são módulos de extensão e o nível avançado oferece formação de pós-graduação *lato sensu*.

Diante desse cenário em que as políticas públicas para EAD se direcionam prioritariamente a professores da rede pública de ensino, chega-se ao momento de retratar o desenvolvimento dessas políticas em sistema mais abrangente, conforme o tópico seguinte.

1.4. A Universidade Aberta do Brasil

Um programa de grande relevância para democratização da educação em nível superior possui dimensão “aberta” da universidade, sendo intitulado Universidade Aberta do Brasil (UAB) e que utiliza diversas tecnologias para viabilizar aprendizagem. Segundo o entendimento de Preti (2009, p.122-123) “‘Aberta’ está aqui muito mais no sentido de que é a Universidade que sai de seu campus e vai ao lugar em que o aluno estiver. É a Universidade que se ‘abre’, saindo de seus muros”.

Preti (2009) defende ainda que as raízes para a implantação da UAB foram iniciadas a partir da criação dos consórcios interinstitucionais BRASILEAD em 1996 e, sobretudo, a UNIREDE em 2000. Esses consórcios foram formados por IPES na tentativa de estabelecerem parcerias para oferta de cursos na modalidade a distância.

Após essa instituição de consórcios, em 21 de setembro de 2004 foi criado o Fórum das Estatais, cujo objetivo era o desenvolvimento de ações para fortalecimento das políticas públicas educacionais instituídas pelo governo federal, por meio do MEC e pelas empresas estatais brasileiras, tais como o Banco do Brasil, os Correios, a Petrobrás e a Caixa Econômica Federal.

Dessa forma, as atividades desse fórum passaram a estimular as parcerias interinstitucionais contribuindo para o desenvolvimento do projeto Sistema Universidade Aberta do Brasil. Essa denominação sistema foi instituída na Lei nº 5.800 de junho de 2006 conforme Anexo II, devido ao princípio norteador de “sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade” (PRETI, 2009 p.121).

A partir do projeto, o sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de

2005, em parceria com a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e empresas estatais. Esse sistema trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância – SEED⁴ e a Diretoria de Educação a Distância – DED, vinculada a CAPES, com vistas à expansão da educação.

Conforme disposto na Lei nº 5.800 de 08 de junho de 2006 no Art. 1^o o principal objetivo desse sistema “é o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”. Para atingir esse objetivo proposto, o parágrafo único dessa mesma lei aponta as principais diretrizes:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

A articulação entre entes governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, propiciada pelo sistema, possibilita iniciativas de parcerias para disseminação de cursos mediados pelas tecnologias. Dessa forma, as IPES, os governos estaduais e municipais realizam acordos de cooperação técnica para execução do sistema com objetivo de atender às demandas locais de educação superior.

Na prática, esses acordos estabelecem as IPES como responsáveis pela realização dos cursos nos municípios por meio dos polos de apoio presencial. Conforme estabelecido na referida lei, os polos de apoio presencial são unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos pelas IPES. Dessa forma, os polos podem receber cursos de diferentes IPES, formando uma espécie de centro de formação nos municípios, conforme síntese ilustrativa abaixo:

4 ⁴A SEED foi extinta em 2011, ano em que foi criada a Diretoria de Regulação e Supervisão em Educação a Distância, pertencente a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES. Disponível em <<http://www.abed.org.br/congresso2012/anais/204f.pdf>> Acesso em 21 de novembro de 2014.

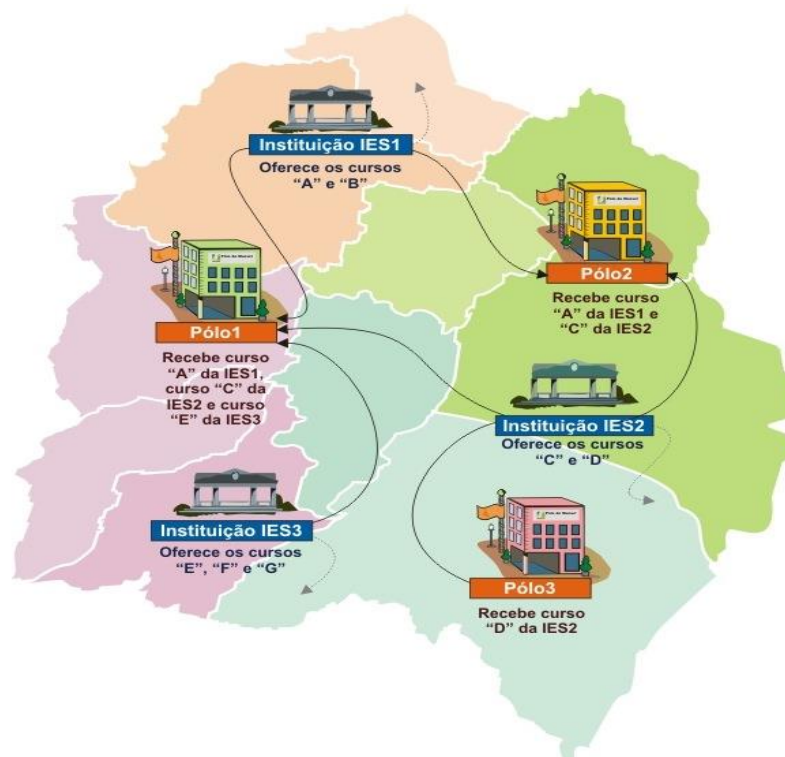


Figura 01: Funcionamento da UAB
Fonte: www.uab.capes.gov.br

Nesta dinâmica, o funcionamento do polo depende do gerenciamento das IPES com a colaboração de um mantenedor (estado ou município), o qual oferta infraestrutura. Na esfera federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE disponibiliza dotação orçamentária para custeio de bolsas de docentes e tutores do sistema e materiais didáticos.

Para avaliar a dimensão da expansão da EAD na UAB verifica-se, a partir de informações disponíveis no site⁵ da UAB, a existência de 674 polos de apoio presencial no Brasil, com a oferta de cursos de extensão, de licenciaturas, bacharelados e especialização. Os cursos ofertados pertencem a diversas áreas do conhecimento: ciências humanas, ciências exatas e tecnológicas, ciências biológicas e da saúde.

Por meio do desenvolvimento desse sistema é que se permite fomentar a modalidade de educação a distância nas IPES, bem como apoiar pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior com utilização das TDICs.

Nessa mesma lógica da UAB, destaca-se a formação profissional e tecnológica desenvolvida nas IPES e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, por meio do sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC). Esse sistema foi criado em 2007 visando oferecer educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, cujo objetivo é ampliar e democratizar o acesso gratuito a cursos técnicos de nível médio. O funcionamento do E-TEC também se dá em regime de colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios que as IPES ministram os cursos.

5 www.uab.capes.gov.br

Conforme exposição anterior referente às políticas públicas para EAD e do sistema UAB, verifica-se o direcionamento para expansão e ampliação do acesso ao ensino superior, bem como a priorização da formação docente da rede pública de ensino. Nesse sentido, é necessário verificar de que forma a EAD funciona na UAB enquanto política pública. Em razão disso, o seguimento desse trabalho se direciona a abordagens mais específicas da pesquisa, que envolvem as interfaces das TDICs na UAB e a apresentação dos agentes (docentes e tutores) do processo educativo.

2. Considerações Finais

Tendo em vista o objetivo proposto de discutir o uso de tecnologias e seus contributos para políticas públicas para a educação a distância, foi possível identificar as novas formas de viver em sociedade ao se adotar o uso de TDICs no cotidiano. Assim, revela-se o direcionamento para um cenário social em que a sociedade adquire um novo conceito devido algumas de suas características serem mais evidentes. O presente estudo identificou que algumas dessas características são a rapidez na veiculação de informação e a comunicação pelo uso intensivo de TDICs. Tais transformações implicam em novas formas de pensar, o que consequentemente influencia o contexto educacional.

Identificou-se ainda, que o Estado incorporou às políticas educacionais elementos presentes na ordem econômica da sociedade alicerçada no sistema acelerado de produção, sobretudo, a partir da Reforma Gerencial do Estado. Ou seja, a universidade passa a ser gerenciada para ser flexível, operacional e apresentar índices de produtividade para que educação responda a demandas de mercado com a oferta de profissionais.

Assim, pode-se afirmar que o ensino superior, dotado de reflexos da base econômica neoliberalista, contribuiu fortemente para os rumos adotados nas políticas educacionais a distância, em que foram identificadas características de descentralização, racionalização de recursos e incorporação de TDICs para execução de sistemas da educação, como por exemplo, a UAB.

Portanto, o cenário atual em que se apresenta a sociedade em rede, não se restringe apenas à cultura marcada pelo uso intensivo de TDICs, mas também à educação por meio destes recursos. Nessa conjuntura, verificamos que diversos programas e, sobretudo, a UAB, enquanto política pública de EAD, se constitui de gestão operacional descentralizada e utiliza as TDICs como forma de contribuir para a democratização do acesso à educação.

3. Referências

- ANDRIOLI, Antonio Inácio. *As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo*. Revista Espaço Acadêmico, Ano 2, nº13, Junho de 2002. Disponível em <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/6389>> Acesso em 01 de julho de 2014.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. In: *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1

_____ **A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Ação Política.** Conferência promovida pelo Presidente da República 4 e 5 de Março de 2005 | Centro Cultural de Belém.

CRUZ, Telma Maria. **Universidade Aberta do Brasil: implementações e previsões.** Brasília-DF. UNB, 2007 (Dissertação de Mestrado).

MAIA, Carmem. **Guia Brasileiro de Educação a Distância.** São Paulo, Esfera, 2002.

MARTELETO, Regina. Maria. **Análise de Redes Sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação.** Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MEC, Ministério da Educação. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década** /Orgs. Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel. – Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012.

MC, Ministério das Comunicações. **Proposta de Política de Governo Eletrônico Grupo de Trabalho Novas Formas Eletrônicas de Interação.** Brasília-DF, 17 de outubro de 2000. Disponível em < <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29572-29588-1-PB.pdf> > Acesso em 25 de agosto de 2014.

MOURA, Ruy Manoel. **A Internet na Educação: um contributo para a aprendizagem Autodirigida.** Inovação, 1998. p.11,177-129. Disponível em <http://rmoura.tripod.com/internetedu.htm> >. Acesso em 02/08/2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional.** São Paulo: Editora 34: Brasília: ENAP, 1998.

PRETI, Oreste. **Educação a Distância: Resignificando Práticas.** Et al. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

_____ **Educação a distância: fundamentos e políticas** / Cuiabá : EdUFMT, 2009.

SCHSCHIKMANN, Rosane. **Gestão Estratégica de Pessoas: Bases para a concepção do Curso de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público.** In PANTOJA, Maria. Júlia.; CAMÕES, Marizaura de Souza; BERGUE, Sandro. Trescastro. (Orgs.). **Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público.** Brasília: ENAP, 2010.